



Cartografando saberes e identidades regionais: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1948)

GERSON RIBEIRO COPPES JUNIOR¹

Presente nos monumentos, na toponímia, na paisagem urbana de sua capital, a figura do bandeirante foi associada ao estado de São Paulo e seus habitantes. Se os símbolos unem e conferem sentido à sua população (QUEIROZ, 1992: 83), a Revolução Constitucionalista de 1932 utilizou o bandeirante em suas propagandas para chamar os paulistas à luta, porém a naturalização destas imagens ao longo do século XX deslocou o foco da imagem para as suas atribuições: São Paulo como a cidade do trabalho, da coragem, da velocidade e do progresso (SALIBA, 2004). A construção de um discurso que valorizava uma hegemonia paulista na política e na economia, mas também na história, foi produzido no início do século XX pelos intelectuais e instituições científicas de São Paulo. Esta produção edificou uma nova história de São Paulo, uma epopeia bandeirante. A partir do estudo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)* foram selecionados os textos dedicados à história de cidades paulistas e a definição do território e dos seus limites. Buscou-se problematizar as diversas e específicas construções que os letrados fizeram deste discurso sobre o bandeirantismo nesses temas.

Quando esses letrados escreveram seus textos no final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo não tinha um passado colonial visível em monumentos, nem em obras literárias, nem uma economia que tivesse impactado o comércio colonial. O passado almejado pelos republicanos precisava ser criado a partir das demandas do presente e para tanto “criaram uma nova história: a de uma vila gloriosa, de uma cidade muito importante, uma raça característica de São Paulo” (GLEZER, 2007: 179). O primeiro volume da *RIHGSP* foi inaugurado em 1895 com a seguinte frase: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (RIHGSP, 1895)². Tal afirmação representava como aquela nova instituição estava empenhada na construção de um saber sobre São Paulo que defendesse um federalismo hegemônico capitaneado pelo estado e, para tanto, iniciaria uma escrita da história do estado a fim de justificar tal reivindicação.

De uma série de trabalhos publicados na década de 1980 questionando produções históricas regionalistas do início do século XX, a tese de doutorado de Katia Abud *O sangue*

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, Assis. Entidade financiadora, CNPq

² As citações da *RIHGSP* tiveram suas escritas atualizadas, porém os nomes dos títulos foram preservados no original

intimorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante (1985) questionava como e quando ocorreu a utilização do bandeirante como objeto histórico e em que momento ele foi transformando em símbolo. A autora define dois períodos em que as bandeiras foram utilizadas como objeto histórico: no século XVIII com Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus; no início do século XX por letrados como Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay e Alcântara Machado.

A produção histórica do século XVIII definiria os traços essenciais do bandeirante: “nobreza, valor, coragem, superioridade racial” (ABUD, 1985: 132). Esses traços seriam retomados posteriormente. Enquanto Pedro Taques procurou defender a pureza racial do paulista, Frei Gaspar demonstrou como a miscigenação com o índio forneceu características únicas ao sangue português gerando um tipo “racial” adaptado ao ambiente da colônia (ABUD, 1985: 93). No início do século XX a defesa da hegemonia paulista fez com que os intelectuais retomassem as obras de Taques e Frei Gaspar, além da figura do bandeirante, criando um discurso legitimando este argumento. Katia Abud destaca três nomes que contribuíram com trabalhos originais para os estudos sobre os bandeirantes nesse período: Afonso de Taunay, cuja obra deu ênfase a expansão territorial pelo qual as bandeiras foram responsáveis; Alfredo Ellis Jr., e sua produção centrada no componente racial do bandeirante; e o estudo de Alcântara Machado das condições econômicas e sociais dos sertanejos em São Paulo durante o século XVII (ABUD, 1985: 133).

Nos dois momentos a figura do bandeirante foi construída a fim de defender a superioridade dos paulistas. No início do século XX sua imagem foi utilizada para justificar a hegemonia e o papel de liderança que São Paulo deveria ter em relação às outras províncias. Esta liderança era justificada pelos bandeirantes e seu papel histórico e pela economia paulista ser uma “locomotiva” que guiava a economia nacional na Primeira República. Nos momentos em que a sociedade paulista, e nesse período especificamente, a elite cafeeira paulista, viam seus interesses ameaçados o bandeirante se transformava em símbolo capaz de integrar e nortear essa sociedade sob seu signo, do tipo único e excepcional na história nacional.

Além disso, a produção histórica nesse período foi marcada por um viés institucional. Motivados pelas ideias que circularam na época³, esses letrados viam na educação um meio de atingir o progresso social e superar o atraso da nação. A reorganização da instrução pública nos níveis médio e superior no fim do século XIX foi acompanhada pela criação de diversas

³ Esta discussão se encontra em: DIEHL, 1998; FERREIRA, 2002; FERRETI, 2004.

instituições científicas pelos quais esses intelectuais transitavam, tais como: a Comissão Geográfica e Geológica, em 1886⁴, a Repartição de Estatística do Arquivo do Estado em 1892⁵, o Museu Paulista e o IHGSP, ambos em 1894⁶. Essas instituições serviam como locais de divulgação científica, de ideias e projetos modernizadores para o estado e para a nação, mas também como locais de construção do discurso hegemônico sobre São Paulo. Os letrados que participaram desses institutos compartilhavam uma crença na ciência como uma possibilidade de promover o desenvolvimento de São Paulo e também para “fincar as tradições de uma região e um porto seguro na avalanche modernizadora” (FERREIRA, 2002: 97).

O IHGSP fundado em 1894 foi um local de produção, divulgação e discussão desta nova história de São Paulo centrada no bandeirantismo, na ocupação e povoamento do sertão. Sua composição social, sua relação com o estado, sua organização e objetivos seguiam o modelo traçado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado no século XIX:

Havia, nesse novo estabelecimento, a intenção de imprimir uma marca ao mesmo tempo comum ao modelo ilustrado e civilizado idealizado pelo IHGB, e por outro lado bastante diversa da forma original, já que se buscava destacar primordialmente uma suposta especificidade paulista. (FERREIRA, 2002: 109)⁷

A criação do IHGB em 1838 norteou a produção histórica oitocentista para a construção da nação brasileira recém independente criando símbolos e imagens, um discurso nacional, tendo como base as noções de civilização e progresso do iluminismo (GUIMARÃES, 1988). O IHGSP inaugurado 60 anos depois se colocou contra o projeto histórico centralizado no IHGB ambicionando reescrever a história do Brasil escrita até então elegendo a partir da epopeia bandeirante novos heróis e símbolos para a história nacional (FERREIRA, 2002: 110). Os sócios da agremiação se colocavam a tarefa de reescrever a história de São Paulo a partir destes novos temas, expansão e povoamento do sertão, construindo uma história na qual a parte sobrepunha o todo evidenciando “as singularidades locais e sua versão da história pátria” (SCHWARCZ, 1993: 133)⁸.

⁴ Sobre a CGGSP Cf. FIGUERÔA, 1997.

⁵ Sobre o Arquivo do Estado no fim do século XIX Cf. MENDES, 2010.

⁶ Sobre o Museu Paulista Cf. ELIAS, 1996.

⁷ A discussão acerca da produção histórica do IHGB também pode ser conferida em: GUIMARÃES, 1988; DIEHL, 1998; CEZAR, 2011; GUIMARÃES, 1995, 2007.

⁸ A fundação do IHGSP em 1894 se insere no contexto de descentralização política da Primeira República motivando a formação de outros Institutos Históricos regionais Cf. BORRALHO, 2011; CALLARI, 2001; OLIVEIRA, 2011; ROSEVICS, 2009.

A *RIHGSP* era a principal publicação do Instituto Histórico Paulista e também um espaço para divulgar e dar visibilidade ao projeto de história desenvolvido na agremiação (FERREIRA, 2002, p. 114). A análise da revista, assim, buscou rever a produção histórica desses letrados, elencar suas fontes, temas e métodos. O levantamento compreendeu o período entre 1895 e 1949. O início do recorte começa com o primeiro número da revista e o fim do recorte contempla a publicação dos discursos da seção de aniversário de 50 anos da instituição. Em um momento de comemoração, os sócios se voltavam para os primeiros anos do instituto fazendo um balanço da produção histórica do IHGSP. Após a análise inicial foram selecionados 68 artigos divididos em temas a fim de investigar os discursos presentes nestes estudos apresentados na Tabela 1:

Tabela de Frequência de Temas da RIHGSP		
Tema	Quantidade	Porcentagem
História de cidade	43	63,23%
Povoamento de São Paulo	13	19,11%
Colonização de São Paulo	12	17,64%
Estudo geográfico	8	11,76%
Biografia	8	11,76%
Questão de Limite	7	10,29%
Relato de Viagem	3	4,41%
Cultura Popular	3	4,41%
Conflitos	2	2,94%
Instituição	2	2,94%
Vias e Meios de Comunicação	1	1,47%
Estudo Científico	1	1,47%
Comemorações	1	1,47%
Genealogia	1	1,47%
Total	105	154,37%

Tabela 1 – Frequência de Temas

Tendo em vista que alguns textos foram classificados em mais de um tema, o número e a porcentagem total extrapolaram os valores de 68 trabalhos e 100%. Sendo o foco do trabalho as histórias de cidades elas agrupam a maioria das matérias com mais de 60% do levantamento. Escrevendo a história de 24 cidades de São Paulo, a partir da regionalização proposta por José Francisco Camargo (1981), constata-se que 21 dessas cidades estavam em zonas povoadas até o fim do século XIX e somente 3 localidades estavam localizadas naquelas zonas ditas pioneiras (LOVE, 1982).

A cidade de Iguapé conta com 7 textos produzidos em sua maioria por Ernesto Young⁹ entre os anos de 1897 e 1905. No artigo *História de Iguape* (1903) uma das problematizações levantadas era acerca da definição da data de fundação da cidade. Discordando da data oficial, Young, utilizando-se da crítica documental, retrocede aos primeiros anos não somente da localidade, mas também da colonização do Brasil. Buscando determinar o período em que ocorreu a ocupação da área, Young liga a história de Iguape aos primeiros anos da colonização no Brasil recuando a data do início do povoamento da região para o ano de 1502 e para 1508 os primeiros assentamentos.

Ao produzir uma genealogia das famílias iguapenses em *Apointamentos genealógicos de família iguapenses* (1905), o autor estabelece uma relação dessas com as figuras do bandeirantismo. Se os documentos apontam para a exploração de ouro em Iguapé antes do ciclo das minas, Young deduz que alguns destes mineradores iguapenses migraram para Minas Gerais e Goiás (YOUNG, 1905). O autor volta-se então para as origens e constrói um passado grandioso e singular para a localidade e suas famílias mais importantes. Para fundamentar essa origem gloriosa o autor demonstra como a cidade era mais um capítulo do passado bandeirante.

A cidade de Sorocaba é outro tema dessa construção com 5 trabalhos publicados no levantamento. O primeiro trabalho sobre Sorocaba foi *A Legenda Sorocabana* (1925) de Affonso de Freitas Jr.¹⁰. Assim como era expresso no título, o autor buscava criar uma lenda sobre a cidade. Freitas constrói uma Sorocaba como terra de bandeirantes, grandiosa, pioneira, independente, convicta e cheia de iniciativa (FREITAS Jr., 1925).

Estas imagens seriam retomadas em *A gente sorocabana na revolução de 1842* de Pedro Dias de Campos (1939)¹¹. Os sorocabanos são apresentados como defensores da lei e da ordem e Sorocaba como um núcleo de heróis participando da formação da raça dos bandeirantes. Em *Achegas a história de Sorocaba* (1939), Luiz Castanho de Almeida¹² aprofunda estas imagens sobre Sorocaba afirmando que o desenvolvimento da cidade

⁹ Ernesto Guilherme Young, nascido Ernest William Young, nasceu em Londres, Inglaterra, em 1850 e faleceu em Iguape, São Paulo, em 1914. Atuou como vereador e intendente, cargo semelhante a prefeito, em Iguape. Young participou da criação do Museu Municipal de Iguape sendo nomeado seu primeiro diretor.

¹⁰ Afonso de Freitas Junior nasceu em São Paulo, capital, em 1892. Foi professor e promotor em São Paulo.

¹¹ Pedro Dias de Campos nasceu em Campo Largo de Sorocaba, atual Araçoiaba da Serra, em 1873, faleceu em São Paulo em 1953. Militar, comandou a Força Pública do Estado de São Paulo tendo escrito estudos sobre a história militar.

¹² Luís Castanho de Almeida nasceu em Guareí, São Paulo em 1904 e faleceu em Sorocaba em 1981. Estudou teologia no Seminário Diocesano de Botucatu, ordenou-se sacerdote e atuou como jornalista.

continha uma predestinação geográfica. Assim como o paulista pelo seu meio estava predestinado a ser o bandeirante, Sorocaba pela sua posição geográfica estava predestinada a ser ponto de convergência da rota das tropas e sede de uma grande fazenda limitada somente pela bacia do rio da Prata durante o período colonial (ALMEIDA, 1939: 132).

Uma das características da historiografia do período era a ideia de mosaico, na qual, para escrever a história do todo deveria ser primeiro escrito a história das partes. Assim, a história nacional só poderia vir à tona depois de serem escritas monografias locais sobre as cidades e estados¹³. Nesse aspecto, os trabalhos sobre Sorocaba invertiam o sentido entre a parte e o todo. A cidade defendia uma ligação exclusiva com o mito bandeirante quebrando a associação criada entre paulista e bandeirante¹⁴.

O tema *Povoamento de São Paulo*, segundo maior recorte temático com 13 textos selecionados ou 19,11% do total coincide com alguns textos dedicados às histórias de cidades. A cidade de Santo André da Borda do Campo conta com 7 textos deste recorte temático voltados para o objetivo de determinar qual foi a primeira povoação paulista fundada no interior do continente. O tema *Questões de Limites* composto por 7 textos também é atravessado pelo tema do povoamento de São Paulo. Os textos são, em sua maioria, de Orville Derby (1895, 1898, 1899, 1900, 1901), e se dedicam às questões de limites com os estados de Minas Gerais e Paraná. A questão mineira, neste caso, encontrava no povoamento uma forma de resolver um problema que se arrastava desde o século XVIII.

Apesar do esforço de Derby, a questão de limites com Minas Gerais ainda não havia sido resolvida em 1928, ano da criação de uma comissão do instituto para apresentar um relatório que solucionasse o problema. Eles concluíam que, não tendo a possibilidade de chegar a um acordo no traçado, o único meio para um acordo era por meio do *uti possidetis*. O relatório desta comissão estava publicado no volume 24 *Consagrado a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais* (1928). No parecer da comissão os questionamentos e problemas levantados por Derby, cujas matérias foram publicadas ainda no século XIX, eram retomados: o oportunismo mineiro; o descobrimento e povoamento das minas pelos paulistas; e a defesa de um território paulista.

Um aspecto presente tanto na série de Derby e no relatório era como as autoridades paulistas impediram o avanço de Minas Gerais sobre o território paulista. Derby na matéria

¹³ Para a problematização da ideia do mosaico Cf. ANHEZINI, 2011; os trabalhos do levantamento também traziam este questionamento Cf. YOUNG, 1903; CARVALHO, 1912.

¹⁴ QUEIROZ, 1992.

Primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes no século XVIII (1900)
ainda afirma:

Se nesta época ele e os seus companheiros de luta tivessem sido menos ativos e vigilantes ou os governadores menos prontos e firmes nas providencias reclamadas, os mineiros se teriam infalivelmente estabelecido na antiga estrada de Goiás, e S. Paulo teria perdido os importantes distritos de Casa Branca, S. José do Rio Pardo, Mococa, Caconde, Cajuru, São Simão, Ribeirão Preto, Batatais e Franca. (DERBY, 1900)

As autoridades paulistas evitaram o avanço sobre uma região muito específica, o oeste paulista, zona responsável pelo dinamismo econômico de São Paulo naquele período a partir da cultura do café. Em 1905 a zona da Mogiana na qual estes municípios estavam localizados era responsável por 34% da produção total de café do estado de São Paulo e em 1920 esse percentual subia para 44% (LOVE, 1982: 66).

Os estudos feitos por Derby ainda contemplavam o tema *Estudos Geográficos* com 11,76% do total. Parte da questão mineira estava centrada na definição do traçado da Serra da Mantiqueira utilizada como divisão pelos estados. A dificuldade em definir seu traçado é apontada por Derby como motivo da serra ser escolhida como divisão dos estados, podendo assim ser manipulada de acordo com as pretensões de determinada época ou autoridade. Derby também era geógrafo de formação e chefiava a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, instituição de cunho cientificista que buscava solucionar os problemas colocados pela cultura do café, como povoamento do oeste e mão de obra, através da ciência. No fim do século XIX expedições da comissão fizeram levantamentos do interior do estado buscando soluções para estes problemas (FIGUERÔA, 1997: 163).

A história das cidades de Franca e Ariri tendo em comum a presença da questão dos limites servem como complemento ao pensamento de Derby. No trabalho *A Franca* (1912), Affonso José de Carvalho¹⁵ afirmava que a integridade do território paulista tinha sido vigiada pelos francanos nos primeiros anos da povoação, no início do século XIX. Porém, após garantir a segurança do território seus habitantes se voltavam para novos objetivos: “a incontentabilidade é lei do mundo, lei do progresso” (CARVALHO, 1912: 43).

Antônio Paulino de Almeida¹⁶ em *Ariry, histórico de sua fundação* (1928) se referia a localidade como uma sentinela entre São Paulo e Paraná. Ariri pode ser vista mais como

¹⁵ Affonso José de Carvalho nasceu em São Bento do Sapucaí em 1868 e faleceu em São Paulo, capital em 1952. Formado em direito atuou como promotor público em várias comarcas do estado de São Paulo. Cf. SÃO PAULO. Projeto de Lei nº127, 28 de abril de 1955.

¹⁶ Antônio Paulino de Almeida nasceu em Cananéia em 1883 faleceu em São Paulo, capital, em 1969.

soldado do que sentinela. Após a emancipação do Paraná, uma cidade fundada por paulistas havia ficado do lado paranaense da divisa. A solução das autoridades foi a fundação de uma nova localidade na margem paulista do vertedouro, Ariri. Na impossibilidade de mover a localidade move-se seus habitantes. Refletindo sobre as possíveis repercussões negativas sobre tal assunto Almeida afirma: “é amando o torrão natal que se ama o estado, e é amando o estado que se ama a federação” (ALMEIDA, 1928: 268). Desta forma, São Paulo poderia ter perdido parte de seu território, mas não a estima de seus filhos (ALMEIDA, 1928: 266).

O tema *Vias e Meios de Comunicação* apesar de conter somente 1 texto versando, especificamente, de um estudo para implementação de uma ferrovia até o Mato Grosso, cabe destaque, pois a ferrovia era uma imagem presente em muitas histórias de cidade. A ligação entre a ferrovia e a imagem de progresso apontava a busca de grupos de intelectuais por novos modelos de nação e por modelos que tornassem possível a modernização do país: “O silvo da locomotiva ecoando por estes morros anuncia aos povos que termina a época obscura de vossa história política para assinalar a entrada de Piracaia no convívio das prosperas cidades paulistas” (CARVALHO, 1930: 97). Esse excerto presente em *O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira* de Affonso José de Carvalho apresenta de forma nítida a imagem da locomotiva ligada à noção de progresso criando uma dicotomia entre obscuro e brilhante, atrasado e prospero.

Buscamos analisar alguns recortes temáticos, elencar os discursos, as aproximações e distanciamentos da construção de uma dita epopeia bandeirante. Enquanto nos artigos sobre Iguapé e Sorocaba o bandeirante está presente, nos textos a respeito de Sorocaba fica nítido um distanciamento do discurso bandeirista desenvolvido pelo IHGSP, ligando a imagem do bandeirante ao paulista. Sorocaba e os sorocabanos reivindicavam uma ligação local exclusiva com este personagem. Porém, quando Franca e Ariri se colocam como protetoras e vigilantes dos limites do estado, vemos um sentido da definição e defesa do traçado do estado. Além disso, as histórias de cidades eram atravessadas por imagens como progresso e civilização. Como é afirmado no texto a respeito da cidade de Franca, ser incontentável é a lei do progresso, e construíram histórias que defendiam cidades incontentáveis buscando um papel a desempenhar no próspero estado de São Paulo. Aqui, esboçamos linhas gerais de uma cartografia da fonte, seus temas, discursos e identidades cuja investigação será aprofundada com o desenvolvimento da pesquisa.

RIHGSP

ALMEIDA, Antonio Paulino de. Ariry, histórico de sua fundação. *RIHGSP*, v.26, São Paulo, 1928.

ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas a história de Sorocaba. *RIHGSP*, v.36, São Paulo, 1939.

Ao Leitor. *RIHGSP*, v.1, S

CAMPOS, Pedro Dias de. A gente sorocabana na revolução de 1842. *RIHGSP*, v.36, São Paulo, 1939.

CARVALHO, Affonso J. de. A franca. *RIHGSP*, v.17, São Paulo, 1912.

_____. O centenário da fundação de S. Antônio da Cachoeira. *RIHGSP*, v.28: São Paulo, 1930.

CARVALHO, Vitorino Coelho. Tremembé. Apontamentos históricos-chorographicos e estatísticos. *RIHGSP*, v.17, São Paulo, 1912.

Dedicado a questão de limites entre Minas Gerais e São Paulo. *RIHGSP*, v.24, São Paulo, 1926

DERBY, Orville. A denominação “Serra da Mantiqueira”. *RIHGSP*, v.1, São Paulo, 1895.

_____. Notas sobre a questão de limites entre estados de São Paulo e Paraná. *RIHGSP*, v.6, São Paulo, 1900/1901.

_____. Primeira phase da questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes no século XVIII. *RIHGSP*, v.5, São Paulo, 1899/1900.

_____. São Paulo e Minas Geraes, antigas divisas. *RIHGSP*, v.4, São Paulo, 1898/1899

_____. Um documento relativo a questão de limites entre São Paulo e Minas gerais. *RIHGSP*, v.3, São Paulo, 1898.

FREITAS JR, Affonso de. A legenda sorocabana. *RIHGSP*, v.23, São Paulo, 1925.

YOUNG, Ernesto Guilherme. Apontamentos genealógicos de família iguapenses. *RIHGSP*, v.10, São Paulo, 1905.

YOUNG, Ernesto Guilherme. História de Iguape. *RIHGSP*, v.8, São Paulo, 1903.

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Katia. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. 1985. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico a brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. *Patrimônio e Memória (UNESP)* [online], v. 07, 2011.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos históricos: do Patronato de d. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História* [online], vol.21, n.40, pp. 59-82, 2001.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. v.1. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1981. (Ensaio Econômico, 14).

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.) et al. *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. 1996. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopeia bandeirante*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERRETI, Danilo. *A Construção da paulistanidade: Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 156, n. 388, Jul./Set. 1995.

_____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007

- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 1, No. 1, 1988
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: "Heroica desde os primórdios". *Patrimônio e Memória (UNESP)* [online], v. 7, 2011
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista. *Revista USP*, São Paulo, v. 13, p. 78-87, 1992.
- ROSEVICS, Larissa. *O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SALIBA, Elias T. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo*, vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SÃO PAULO. Projeto de Lei nº127, 28 de abril de 1955.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MENDES, André Oliva Teixeira. *Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.